



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

**Grupo de Câmaras de Direito Público**

**Recurso de Agravo no Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 0297.240-3 – Recife**

**Agravante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Manoel Antônio dos Santos Neto**

**Agravado(s): Paulo Fernando Lobo Barbosa**

**Advogado: Ewerton Gayo R. de Oliveira Filho PE028779**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. DESPACHO. AGRAVO REGIMENTAL. IRRECORRIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. Dentre os requisitos de viabilidade de um recurso estão, pois, a recorribilidade da decisão e a adequação do recurso escolhido por aquele que o interpõe, hipóteses nas quais não se insere a presente impugnação. *In casu*, o recorrente, na exordial do agravo regimental, aponta como objeto de irresignação o despacho exarado em data de 25 de março de 2014, por esta Relatoria, nos autos do mandado de segurança, o qual, todavia, não possui natureza decisória, o que o torna irrecorrível.

2. O despacho recorrido pela via regimental, malgrado veicule indeferimento de pedido formulado pelo Impetrado, explicitou a impossibilidade de manifestação do Juízo acerca do pleito analisado naquela oportunidade, **em virtude do trânsito em julgado do acórdão que julgou a ação, concedendo a segurança em favor do impetrante e finalizou a demanda de forma definitiva.**

3. Diversamente do que foi asseverado pelo ora agravante, o acórdão (fls. 171/172) que julgou procedente o *mandamus* transitou em julgado em data de 21 de outubro de 2013, tendo o processo, inclusive, sido encaminhado ao arquivo geral deste TJPE, consoante certidão de fl. 203, inexistindo, quer nos autos, quer no sistema Judwin, informação acerca da interposição tempestiva de RESP ou RE.

4. Não obstante tenha sido denominado como decisão interlocutória, o *decisum* questionado naquela oportunidade trata-se, em verdade, de mero despacho; proferido em resposta a pedido extemporâneo e manifestamente incabível e, portanto, insuscetível de insurgência pela via do agravo regimental, a ensejar o seu trancamento no nascedouro.

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº 0297.240-3, em que figuram, como Agravante, o Estado de Pernambuco e, como agravado, Paulo Fernando Lobo Barbosa, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

305  
df  
01

**Grupo de Câmaras de Direito Público**  
**Recurso de Agravo no Agravo Regimental no Mandado de Segurança nº**  
**0297.240-3 – Recife**  
**Agravante: Estado de Pernambuco**  
**Procurador: Manoel Antônio dos Santos Neto**  
**Agravado(s): Paulo Fernando Lobo Barbosa**  
**Advogado: Ewerton Gayo R. de Oliveira Filho PE028779**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO:**

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria exarada nos autos do Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 0297.240-3.

A decisão questionada (fls. 286/286-v) negou seguimento ao agravo regimental, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC.

Aduz que a aquisição de medicamentos no âmbito do SUS é feita vinculada ao princípio ativo/droga específica (LENALIDOMIDA), não podendo haver vinculação à marca ou laboratório específico, exceto de houvesse um único fornecedor, de modo a viabilizar a competição entre os diversos fornecedores quando da aquisição, acarretando para a Administração uma compra mais célere, eficaz, de qualidade e com menor custo.

Alega que o comando judicial contra o qual interpôs o agravo regimental tem evidente conteúdo decisório, não podendo ser considerado despacho de mero expediente insuscetível de recurso.

Pugna pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda essa Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante o competente órgão colegiado para que se lhe dê provimento, com o conseqüente seguimento e provimento de sua pretensão.

É o que de relevante se tem a relatar.

**VOTO:**

A decisão agravada foi acostada às fls. 286/286-v dos autos.

Em que pese o inconformismo da parte ora recorrente quanto ao desfecho do agravo regimental, mantenho a mesma persuasão que me serviu de esteio ao proferir a decisão aqui impugnada, quanto mais porque,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

01

constatei, os fundamentos ali contidos são suficientes à derrocada deste recurso.

Dentre os requisitos de viabilidade de um recurso estão, pois, a recorribilidade da decisão e a adequação do recurso escolhido por aquele que o interpõe, hipóteses nas quais não se insere a presente impugnação.

*In casu*, o recorrente, na exordial do agravo regimental, aponta como objeto de irresignação o despacho exarado em data de 25 de março de 2014, por esta Relatoria, nos autos do mandado de segurança, o qual, todavia, não possui natureza decisória, o que o torna irrecorrível.

De fato, o despacho recorrido pela via regimental, malgrado veicule indeferimento de pedido formulado pelo impetrado, explicitou a impossibilidade de manifestação do Juízo acerca do pleito analisado naquela oportunidade, **em virtude do trânsito em julgado do acórdão que julgou a ação, concedendo a segurança em favor do impetrante e finalizou a demanda de forma definitiva.**

Cumpre destacar que, diversamente do que foi asseverado pelo ora agravante, o acórdão (fls. 171/172) que julgou procedente o *mandamus* transitou em julgado em data de 21 de outubro de 2013, tendo o processo, inclusive, sido encaminhado ao arquivo geral deste TJPE, consoante certidão de fl. 203, inexistindo, quer nos autos, quer no sistema Judwin, informação acerca da interposição tempestiva de RESP ou RE.

Do exposto se infere que, não obstante tenha sido denominado como decisão interlocutória, o *decisum* questionado naquela oportunidade trata-se, em verdade, de mero despacho, proferido em resposta a pedido extemporâneo e manifestamente incabível e, portanto, insuscetível de insurgência pela via do agravo regimental, a ensejar o seu trancamento no nascedouro.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente recurso.

Recife, 18 de junho de 2014.

  
**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**